

Discurso de Posse da Desembargadora Federal  
**Inês Virgínia Prado Soares**  
Tribunal Regional Federal da Terceira Região

São Paulo, 16 de março de 2018

Boa noite.

É com imensa emoção que me dirijo aos presentes. Muitos dos que participam hoje da cerimônia de minha posse como Desembargadora Federal tiveram papel essencial nessa jornada. Por isso, inicio meu discurso agradecendo. Sem essa corrente de solidariedade, generosidade e confiança, este momento não seria possível. Não há palavras para traduzir o mar de gratidão que me invade. Obrigada colegas da vida acadêmica, amigos e familiares por me acompanharem na travessia da vida! MUITÍSSIMO obrigada colegas e servidores do Ministério Público Federal por anos tão felizes de convivência e aprendizado. MUITÍSSIMO obrigada Excelentíssimas Desembargadoras e Excelentíssimos Desembargadores por me concederem a honra de trabalhar e conviver, de agora em diante, com as senhoras e os senhores. MUITÍSSIMO grata às saudações a mim dirigidas pelas colegas Cecília Marcondes e Maria Cristiana e pelo Dr. Belisário. Além da profunda admiração que lhes tenho, sinto-me privilegiada por desfrutar da amizade de vocês.

Assumo o cargo de Desembargadora Federal num momento ímpar na história do Brasil, em que se esperam do Judiciário respostas céleres, efetivas e que valorizem a cidadania, a democracia e o Estado de Direito. Os desafios nas esferas penal e cível obtiveram outra dimensão e importância no cenário brasileiro após o julgamento da Ação Penal 470 (Mensalão) e das ações decorrentes da Operação Lava Jato. O Judiciário assume um papel ainda mais relevante no combate à corrupção. Ao mesmo tempo, mais do que nunca, temas essenciais para a consolidação e avanço da cidadania e dos direitos humanos têm sido trazidos às Cortes, em busca de respaldo. Políticas públicas e ações políticas passam a ser analisadas e decididas com maior frequência. As respostas dos juízes a essas demandas influenciam na governabilidade do país, dos estados e dos municípios.

Vivenciamos tempos difíceis e desafiadores. Tempos de exposição para a magistratura, tanto para o Ministério Público quanto para o Judiciário. Tempos que exigem uma postura ainda mais ativa, independente e corajosa dos magistrados. E é exatamente neste momento que ingresso no Tribunal Regional Federal da Terceira Região, uma Corte com volume imenso de processos e com um corpo de profissionais que trabalha intensamente. Deixo o Ministério Público Federal acreditando que é possível continuar a

contribuir para os ideais que sempre pautaram minha carreira de Procuradora da República.

Essa mudança de carreira não altera meus ideais. Meu compromisso com a defesa dos direitos humanos, buscando instrumentos e abordagens para proteção dos grupos mais vulneráveis e injustiçados, e meus estudos acadêmicos sobre os direitos culturais e sobre as formas de proteção jurídica do patrimônio cultural brasileiro se renovam neste instante. Meus passos como Juíza estão pautados na experiência que acumulei. “O futuro tem um coração antigo”, resumiu o pintor e escritor italiano Carlo Levi. Essa frase, gravada num painel da Oficina do artista Francisco Brennand, em Recife, resume o que sinto: meu futuro tem um coração antigo.

Foram 21 anos e 20 dias de realização profissional e aprendizado no Ministério Público Federal. Tive o privilégio de integrar uma instituição corajosa, que se reinventa cotidianamente e que se dedica a fortalecer a cidadania e a combater as diversas formas de criminalidade. Os Procuradores da República serão sempre uma inspiração para minha atuação como Desembargadora Federal. Guardarei, igualmente, o exemplo de zelo e comprometimento dos servidores do Ministério Público Federal, tão fundamentais para meu trabalho cotidiano. Levarei no meu coração a grata alegria de ter sido assessorada, tanto no primeiro como segundo grau, pelas servidoras Marina Matusita, que trabalhou comigo nos últimos quinze anos e Lígia Carvalheiro, que me acompanhou nos últimos dez anos. Na PRR3, Sâmia Chahine se juntou ao nosso time e me brindou com sua dedicação nos últimos cinco anos. A capacidade intelectual e retidão de caráter dessas profissionais e amigas só não conseguem superar a bondade que portam.

Além disso, ao longo de minha carreira, aprendi a importância do diálogo franco e aberto com os advogados públicos e privados e com os defensores públicos. Admiro, valorizo e respeito, cada dia mais, o relevante trabalho que os operadores do direito realizam. Aprendi ainda quão rica é a participação da sociedade civil na defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais e na busca de soluções para os conflitos coletivos. O Judiciário ganha muito quando acolhe a sociedade civil como amiga da corte.

Mas meu futuro tem um coração antigo com memórias de um outro coração. É que tive a sorte de herdar um gabinete guiado pela dedicação, seriedade, competência e gentileza da desembargadora Cecília Mello, a qual sucedo em virtude de sua aposentadoria. Assim, assumo a desafiadora missão de valorizar o legado deixado pela Dra Cecília Mello e ao mesmo tempo de trazer minha própria contribuição. Precisaré de um coração crescido! Mais que isso, necessitarei de energia, de criatividade e de alegria para trabalhar muito e com afinco, em conjunto com meus pares, queridos desembargadores e queridas desembargadoras, e com os servidores e servidoras deste Tribunal.

Sim, quero trabalhar com alegria! Como muito bem destacou o Desembargador Hélio Nogueira, em seu discurso de posse: “Não há mais lugar na judicatura para o magistrado acomodado, tímido, burocrata, que não procura soluções alternativas, que não se envolve com seu trabalho e somente sente como fardo o fato de trabalhar diariamente na distribuição da justiça. Ao contrário, é necessário alegria, comprometimento com a labuta, vontade de transmutar o mundo, de afastar as iniquidades e preconceitos, no espaço que lhe foi constitucionalmente assegurado.” E é exatamente com este espírito que me uno a essa Corte.

Há uma transformação em curso na forma de lidar com o Direito, que exige dos julgadores, cada vez mais, um olhar atento e solidário. Dentre todos que buscam uma resposta justa, destaco, em especial, os grupos minoritários, as pessoas mais carentes e as estrangeiras. Para estes litigantes, o exercício do direito de acesso à justiça e a obtenção de uma defesa de qualidade são desafios ainda existentes. E como julgadora estarei muito atenta a essas situações. Aliás, este olhar já faz parte de minha prática profissional.

No Ministério Público Federal, pude me dedicar à defesa dos direitos humanos conciliando a atuação processual com outras formas de dar visibilidade aos direitos essenciais para a dignidade do ser humano. Atuei durante muitos anos no tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas, prática criminosa que sempre me causou assombro, porque nada é tão degradante como a venda e a escravização de seres humanos. Trabalhei também com as organizações da sociedade civil nas discussões sobre a liberdade de expressão e o acesso democrático aos meios de comunicação social. Contribuí para a reflexão sobre meios efetivos para sensibilizar a sociedade para a importância da memória e verdade sobre os crimes praticados na ditadura brasileira. Compartilhei meus conhecimentos acadêmicos sobre direitos culturais e proteção dos bens culturais com colegas de todo Brasil. Em alguns projetos, que tive oportunidade de idealizar ou coordenar, recorremos às artes para falar dos temas mais duros. Mostras de cinema, exibição de filmes com debates, exposição de grafites, idealização do documentário sobre a violação dos direitos do povo indígena Krenak foram algumas atividades que ilustraram minha vida de Procuradora da República.

A inclusão e o respeito à diversidade são temas muito caros. Por isso, para mim, foi motivo de celebração a escolha, pela primeira vez, de uma mulher para ocupar o cargo de Procuradora Geral da República. Se, como membro do Ministério Público Federal, a Dra Raquel Dodge sempre foi uma colega brilhante, inteligente, comprometida e empreendedora, a sua doce, firme e corajosa presença no espaço público, como chefe do Ministério Público da União, transmite uma mensagem de poder para nós, mulheres. Vejo, em

Raquel Dodge, uma mulher a serviço dos valores mais caros para a democracia e para a justiça. Como enfatiza o jurista italiano Stefano Rodotà, autor do livro *Direito ao Amor*<sup>1</sup>: “São sempre as mulheres. Não reivindicam somente a questão de gênero, oferecem um novo sentido para o mundo.”<sup>2</sup>

E encontrei neste Tribunal um lugar familiarizado com o poder feminino. No início do mês de março tivemos a posse da quinta desembargadora presidente, a Dra Terezinha Cazerta, que sucedeu a Dra Cecilia Marcondes. Tive o privilégio de ser acolhida, durante o processo de minha candidatura pelo quinto constitucional até a minha posse hoje, por essas duas mulheres desembargadoras, generosas e solidárias, às quais novamente agradeço e parablenizo por assumirem com tanto entusiasmo as funções de gestão desta Corte. Além das duas distintas colegas, o TRF3 foi presidido por três outras desembargadoras igualmente competentes e comprometidas: a Dra. Marli Ferreira, a Dra. Diva Malerbi e a Dra. Anna Maria Pimentel.

Apesar da minha referência elogiosa à presença feminina neste Tribunal e no Ministério Público Federal, num âmbito geral, ainda ocupamos de forma muito tímida os espaços do Poder Judiciário. Como Desembargadora Federal e como mulher, destaco que as composições nas Cortes brasileiras ainda não guardam equilíbrio entre julgadores homens e mulheres. Atualmente o nosso TRF3 é composto por 31 desembargadores homens e 12 desembargadoras mulheres (sou a décima segunda). A participação minoritária é característica de todos Tribunais Regionais Federais e das Cortes Superiores.

A mesma desigualdade acontece no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além de sua presidente, Ministra Carmen Lúcia, o CNJ tem somente mais três Conselheiras mulheres, de seus 15 componentes. Para meu orgulho, dentre as três mulheres conselheiras, estão duas profissionais que muito admiro: a Ex-Procuradora Geral de Justiça do Paraná, Maria Tereza Ullie Gomes e a Desembargadora Federal Daldice Santana, minha colega neste Tribunal.

A Conselheira Tereza Ullie me inspira com sua capacidade de realização ímpar e sua sensibilidade para temas que valorizam os direitos humanos. Especialista em política criminal e penitenciária, Tereza Ullie tem contribuído no CNJ para temas essenciais à consolidação da cidadania. Quanto à Desembargadora Daldice Santana, sua nobreza de espírito aliada à sua desenvoltura intelectual enriquecem a atuação daquele Conselho. E mais, a qualificada presença de Daldice Santana no CNJ reforça o elogio que fiz anteriormente, no sentido de que o TRF3 é um espaço público de respeito,

---

1 Stefano Rodotà, *Diritto d'a amore*, Editora Laterza, Itália, 2016.

2 Entrevista de Stefano Rodotà concedida ao Colabora para Luciana Cabral Doneda, em 11.04.2016, disponível em <https://projeto colabora.com.br/inclusao-social/stefano-rodota-direito-ao-amor/>, acesso em 09.03.2018

busca de igualdade e incentivo à ocupação, pelas mulheres, do espaço público.

Cada nomeação e posse de uma desembargadora e de uma ministra de Cortes Superiores é um passo adiante para o equilíbrio entre homens e mulheres no mundo jurídico, ainda predominantemente masculino. A maior participação feminina na construção jurisprudencial e na busca de soluções justas para as demandas que chegam ao Judiciário é um ganho para toda a sociedade. Por isso, parabênizo a iniciativa da senadora Marta Suplicy que, em março de 2017, encabeçou o envio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 08/2017) com a finalidade de alterar a Constituição para garantir expressamente a participação de mulheres nas listas destinadas à escolha dos integrantes dos tribunais judiciários.

Além de desembargadora mulher, sou também uma desembargadora nordestina num Tribunal Regional Federal sediado na capital paulista e que abrange os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Muito antes do jurista italiano Guido Saraceni nos oferecer um aparato teórico para tratamento da hospitalidade como um valor jurídico fundamental<sup>3</sup>, eu já sentia na pele a importância da hospitalidade. Migrei de cidades, de áreas de pesquisas acadêmicas e de carreiras. A hospitalidade me ensinou a estar aberta e receptiva ao diverso, ao distinto e às mudanças que nos conduzem ao novo. Como valor jurídico que só se revela plenamente no coletivo, a hospitalidade é urgente no Brasil de hoje, que recebe grande número de estrangeiros em busca de refúgio e de uma vida melhor. Na hospitalidade, reconhecemos a importância da tolerância. Sem tolerância, não há justiça.

Sergipana, de pais também sergipanos, fui criada em Fortaleza. Sou metade sergipana, metade cearense. Minha cultura, meu sotaque, meu modo de ver e sentir o mundo estão mergulhados no calor de Fortaleza, em seus verdes e belos mares, na irreverência e humor dos cearenses, na beleza única do pôr do sol no Rio Vaza-Barris no Mosqueiro em Sergipe, no caranguejo da orla de Atalaia, na hospitalidade delicada e discreta do sergipano. Toda essa riqueza que me habita encontrou o acolhimento e a generosidade do povo paulista, do paulistano, dos residentes nesse Estado e especialmente nessa capital. Em São Paulo, tive a oportunidade de aperfeiçoar meus estudos de pós graduação, de criar meus filhos, de aprender a viver na multidão prestando atenção no outro. Sou muito grata a São Paulo e à sua hospitalidade. Aqui, na terra da garoa, me sinto em casa. Vejo amor e hospitalidade em São Paulo.

E “Como é pobre o Direito quando não fala de amor”, nos alertou o já citado jurista Stefano Rodotà. E eu acrescento: como é pobre a vida quando não exercemos o direito ao amor. Por isso, encerro meu discurso exercendo meu

---

3 Guido Saraceni, Ospitalità: un valore giuridico fondamentale, Editora Cedam, 2012

direito ao amor e homenageando os que dão sentido à minha vida afetiva: Maurício, meu marido, companheiro, amigo e amor, com quem tenho o privilégio, a alegria e a sorte de conviver por décadas, de criar nossos filhos e de destinar meus melhores sorrisos; meus filhos Gabriela e Marcelo, minha melhor contribuição para esse mundo. Por causa deles, me esforço todos os dias para ser uma pessoa melhor; Maria, que, por mais de duas décadas, com bondade e lealdade, me ajuda a lidar com as atividades domésticas e a cuidar de meus filhos; e meus pais, Wellington e Dina que, além de me darem três irmãos mais novos que tanto amo, Etinho, Markus e Rafael, me fizeram compreender a importância de ser resiliente, de enfrentar e superar os desafios da vida e de não desistir com facilidade de meus sonhos. Meu pai já faleceu, mas a marcante e vibrante presença de seu amor segue viva em mim. Consigo imaginar, com detalhes, como seria sua desenvoltura no dia de hoje, nesta cerimônia. Sei que seus olhos brilharão de alegria e de orgulho, de sua única filha mulher.

Além dos amores nominados, presto homenagem a minhas cunhadas, cunhados, sobrinhos, sobrinha e todos os amigos e familiares que me brindaram e me brindam, por toda a vida, com as mais ricas formas de demonstração de amor, que se revelam no dia a dia na simplicidade de gestos, ações e palavras de afeto, amizade, atenção, doação e carinho.

“O resto é mar, é tudo que eu não sei contar”<sup>4</sup>.

Muito obrigada!

---

4 Tom Jobim, trecho da música Wave, 1967.